



PODER

Acordão em curso para livrar golpistas

Paulinho da Força rebatiza proposta de anistia de "PL da Dosimetria", diz que vai costurar texto para reduzir penas dos extremistas do 8/1 e busca apoio de caciques como Temer e Ciro Nogueira. Oposicionistas, porém, criticam perdão parcial, porque não salva Bolsonaro

» ISRAEL MEDEIROS
» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

Reprodução



Paulinho da Força e Temer se reuniram na quinta-feira à noite: deputado sustenta que "PL da Dosimetria" visa "pacificar o país"

Desde que foi designado relator para o projeto de anistia na Câmara, na última quinta-feira, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) tem cumprido o que prometeu: desagradou tanto a congressistas de direita — defensores de uma anistia "ampla, geral e irrestrita" que livre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) da prisão — quanto a governistas que veem qualquer alívio aos criminosos do 8 de Janeiro como um recuo inaceitável. Ainda na quinta, o parlamentar jantou com o ex-presidente Michel Temer e com o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) em São Paulo. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), participou virtualmente.

Na ocasião, Paulinho da Força gravou um vídeo ao lado de Temer e Aécio e anunciou a estratégia: quer que o texto passe a ser chamado de "PL da Dosimetria" e trate apenas das penas dos condenados pela tentativa de golpe de Estado e por depredação ao patrimônio público, sem perdão pelos crimes. Parte dos 141 detentos em regime fechado poderia progredir de pena. Já os réus do núcleo central — entre eles Bolsonaro — teriam reduções menores, que estariam sendo negociadas com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Nós não queremos, não vamos fazer nenhum projeto que vá de encontro ao Supremo. Por que eu falei que a anistia não existe mais? Porque a anistia já foi considerada inconstitucional pelo Supremo. Então, qualquer projeto que fale de anistia não vai a lugar nenhum. Se a gente fizer, vai ser derrubado no Supremo Tribunal Federal. O que estamos fazendo aqui e vamos fazer até terça ou quarta-feira é ter um texto que agrade a todos ou à maioria e, especialmente, o povo brasileiro", disse ontem em entrevista à GloboNews.

A anistia light enfureceu bolsonaristas. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que pleiteia sanções ao Judiciário brasileiro nos Estados Unidos desde o início do ano, não

poupou críticas a Paulinho da Força. "Eu não abri mão da minha vida no Brasil e arrisquei tudo para trazer justiça e liberdade para o meu povo em troca de algum acordo indecoroso e infame como o que está propondo", disse o filho 03 de Bolsonaro em suas redes sociais.

Ameaça

O parlamentar também acusou Paulinho da Força de ter sido "posto" nas negociações pelo ministro Alexandre de Moraes — de quem é próximo — para "enterrar a anistia ampla, geral e irrestrita" e ainda o ameaçou com possíveis sanções dos EUA. "Todo colaborador de um sancionado por violações de direitos humanos é passível das mesmas sanções. A anistia ampla, geral e irrestrita não está sob negociação", disse Eduardo, que, na última semana, tornou-se o novo líder da minoria na Câmara.

Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que a "pacificação" do país só virá com anistia ampla — o que, na prática, significa um perdão ao seu pai, condenado como chefe da organização criminosa que tentou um golpe de Estado. "Qualquer outra coisa só atrapalha o Brasil", ressaltou.

O deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL, que pressiona o presidente da Câmara desde o início do ano pela aprovação da anistia, também se posicionou. Sustentou que a dosimetria de penas é prerrogativa exclusiva do Judiciário e que a anistia é uma "ferramenta que a Constituição deu ao Congresso para corrigir injustiças".

Mesmo em um lado oposto na discussão, o argumento foi o mesmo utilizado pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), que se diz contra qualquer tipo de recuo na punição dos golpistas do 8 de Janeiro.

"Não cabe negociação entre os Poderes, pois o julgamento ainda está em andamento, sem trânsito em julgado, com recursos possíveis para debater a dosimetria. A democracia é o bem jurídico protegido e não pode ser objeto de barganha. Quem tem competência para modular penas é o STF, não o Congresso", frisou o petista, que convocou seus seguidores para as manifestações organizadas pela esquerda para amanhã, em todo o país. "No próximo domingo, 21, vamos às ruas em todas as cidades do Brasil para dizer em alto e bom som: somos contra a anistia, contra a redução de penas para golpistas e contra a PEC da Bandidagem!", escreveu.

Embora bolsonaristas mais radicais rejeitem um texto que não anistie Bolsonaro, um de seus principais defensores anunciou apoio "PL da Dosimetria": o senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, que foi ministro da Casa Civil. "Tenho

certeza de que nós temos que sair desse processo muito melhor do que estamos hoje. O Brasil não aguenta mais essa discussão sem fim", argumentou ele, que se reuniu com Paulinho da Força ontem.

Diálogo

Do lado da gestão Lula, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), fez um aceno a um acordo ontem. Disse que o texto é uma "vitória" em relação ao que vinha sendo articulado por bolsonaristas na Câmara. A postura do petista não é nova: em fevereiro, ele já havia dito que estava aberto a um diálogo sobre o tema.

"Acho que o PL da Dosimetria é uma vitória em cima do termo 'anistia' do perdão. Repito: não vejo maiores problemas em reduzir a pena para a chamada massa de manobra. Não conheço o texto, não sei como



Não vamos fazer nenhum projeto que vá de encontro ao Supremo. Por que eu falei que a anistia não existe mais? Porque a anistia já foi considerada inconstitucional pelo Supremo. O que estamos fazendo aqui é ter um texto que agrade a todos ou à maioria"

Paulinho da Força (Solidariedade-SP), relator do PL da Anistia

vai ser o relatório, mas acho possível o diálogo", destacou o senador, em entrevista ao portal UOL.

Para Wagner, não cabe anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado. Ele afirmou que perdão é aceitável em momentos em que se encerra um ciclo histórico, como foi no período "governo cívico-militar" — referindo-se à ditadura militar que começou em 1964. "Anistia não tem nada a ver com isso. Anistia é um instituto que se tem, que as sociedades podem usar, quando você está encerrando um determinado ciclo histórico ou de exceção, como foi 1964 até 1985, o governo cívico-militar, e aí é como se fosse uma pacificação do país", disse.

A expectativa, segundo Paulinho da Força, é de que o tema seja amadurecido até a próxima semana, com possível votação de mérito até quarta-feira. Se o texto for aprovado, irá ao Senado.

Risco de brecha ao crime organizado

» LETÍCIA CORRÊA*
» RAFAELA BOMFIM*

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, que impede a abertura de processos contra deputados e senadores sem autorização do Congresso, pode estimular o crime organizado a ingressar no Legislativo para ficar fora do alcance da Justiça. A avaliação é de entidades e especialistas. A PEC foi aprovada na Câmara e está agora no Senado. Amanhã, há uma série de manifestações programadas pelo país, convocadas por artistas, parlamentares e movimentos sociais, com o objetivo de protestar contra o texto.

Professor e mestre em direito criminal, Alexandre Zamboni alertou para o risco de incentivo à infiltração do crime organizado. "Ao dificultar enormemente a investigação e a punição de políticos, a PEC torna o mandato parlamentar um ativo ainda mais valioso para organizações criminosas", destacou.

Mobilização

Os protestos serão contra a PEC da Blindagem e a anistia e têm o intuito de pressionar o Senado a não aprovar as duas pautas. Brasília, Goiânia, Porto Alegre, Fortaleza, Macapá, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Belém, Florianópolis, Cuiabá, Belo Horizonte, Vitória, Manaus e Recife têm atos agendados para este domingo. Artistas como Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso estarão na manifestação do Rio de Janeiro.

Ele disse que facções podem buscar eleger seus próprios representantes para se beneficiarem da imunidade, utilizando o Congresso como um santuário para suas atividades ilícitas. "Dizer que a PEC é inconstitucional é um argumento paradoxal, no sentido de que, se ela for aprovada, seu conteúdo integrará a própria Constituição.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



O que se pode dizer é que ela, efetivamente, redistribui os mecanismos de freios e contrapesos entre os Três Poderes, com uma clara preeminência do Legislativo. Caberá ao STF, se provocado, decidir se esse novo equilíbrio de forças é constitucional", frisou.

A PEC retoma blindagem anterior aos parlamentares, que vigorou de 1988 a 2001, na qual o STF precisava de aval do Senado e da Câmara para abrir processo criminal contra senadores e deputados.

Dados da Transparência Internacional mostram que, nesse período, 253 investigações contra parlamentares foram enterradas, contra uma autorizada. Das 253 rejeições, 210 foram omissões do Congresso e 43 não foram aprovadas.

"A opinião pública pressionou os políticos, pois grandes escândalos em relação à medida antiga estavam acontecendo. Então, o próprio Congresso, em 2001, extinguiu a emenda e passou a permissão do

julgamento dos parlamentares para o Supremo Tribunal Federal (STF)", comentou Zamboni.

O diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Melillo Dinis, classificou a proposta de uma irresponsabilidade. "A PEC da Blindagem é péssima por vários aspectos. Entre eles, o risco de aumento da presença do crime organizado na política. É uma ampliação da irresponsabilidade parlamentar e vai atrair o crime para a política

Aprovada na Câmara, PEC altera regras do foro privilegiado e a tramitação de ações penais contra parlamentares

brasileira", disse ao **Correio**.

Dinis destacou que facções "tomaram conta de parte da política, das instituições de Estado e dos sistemas de prestação de serviços, como é a venda de combustíveis e o setor financeiro". "A PEC da Blindagem assegura, nesse contexto, a impunidade. E, como sempre, quem pagará o preço é a população que necessita da política para a resolução de seus maiores problemas", ressaltou. "Destaco ainda que deixa imune o político de outros crimes graves, como assassinato, roubo, pedofilia e violência doméstica. Se a PEC for aprovada no Senado, será um grave retrocesso em relação à transparência, sobretudo no uso de recursos públicos e no combate à corrupção. Ademais, a impunidade dos políticos nacionais será seguida das impunidades dos políticos estaduais e municipais, e criará uma casta impune e imoral."

*Estagiárias sob a supervisão de Cida Barbosa